



SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO.
AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO E REEXAME N.0001017-
60.2012.8.14.0301
COMARCA: CAPITAL
AGRAVANTE: ONÉLIA MARIA DA SILVA E SILVA E OUTROS
ADVOGADO: JADER DIAS
AGRAVADO: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO
DO PARÁ
ADVOGADO: MARLON JOSÉ FERREIRA DE BRITO
RELATORA: DESEMBARGADORA DIRACY NUNES ALVES.

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO REVISIONAL DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA PARA INCORPORAÇÃO E PAGAMENTO DO PERCENTUAL DE 22,45%. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA RECONHECENDO O DIREITO DOS SERVIDORES ESTADUAIS AO REAJUSTE SALARIAL NO PERCENTUAL DE 22,45% CONCEDIDO AOS MILITARES POR MEIO DO DECRETO ESTADUAL Nº 711/1995. NÃO CABIMENTO. REFORMA DA SENTENÇA EM DECISÃO MONOCRÁTICA. ACOLHIMENTO DA PREJUDICIAL DE MÉRITO. APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO, NOS TERMOS DO DECRETO 20.910/32, COM EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, A TEOR DO DISPOSTO NO ARTIGO 487, IV DO CPC. MANUTENÇÃO DA PRESCRIÇÃO PARA PARTE DOS AUTORES E PROVIMENTO DA APELAÇÃO DA FAZENDA PARA JULGAR IMPROCEDENTE O DIREITO DOS DEMAIS AUTORES. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1.PREJUDICIAL DE MÉRITO: 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento que ocorre a prescrição do fundo de direito quando decorrido mais de cinco anos entre o ato de aposentadoria e o ajuizamento da ação. Ultrapassado o prazo de 05 (cinco) anos entre a configuração da situação administrativa, no caso, aposentação (ato de efeito concreto) e a interposição da ação, impõe-se a decretação da prescrição quinquenal, com a extinção do feito. O ajuizamento da ação se deu em 13/01/2012.

Em epígrafe, o ato de efeito concreto (aposentação) de Onélia Maria da Silva e Silva ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 05 de março de 1997 (fls.24), de Roosevelt Gomes Vasconcelos ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 10 de novembro de 1997, de Ana Maria do Vale Ripardo ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 13 de setembro de 1999,



de Cecília Barbosa da Silva ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 10 de novembro de 1997, de Cleuza Maria de Lima Ferreira ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 27 de novembro de 1998, de Elizabeth Quadros Hage ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 22 de dezembro de 1998 e de Maria Suely Galvão Fernandes de Oliveira ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 01 de setembro de 1995, pois que todas foram materializadas após a vigência do Decreto nº 0711 de 21/10/1995. Decretação da prescrição do fundo de direito, com efeito, julgo extinta a ação, nos termos do art.487, IV do CPC.

2. MÉRITO: 1. Violação literal à disposição do art. , , da , da sentença de primeiro grau que reconheceu o Decreto Estadual nº 0711/1995 como lei de revisão geral, deste modo, concedendo com base na isonomia, extensão de reajuste aos servidores públicos estaduais no percentual de 22,45% sobre as suas remunerações. Ademais, há violação a súmula nº 339 do Supremo Tribunal Federal, que restou convertida na Súmula vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia". 2. Alegada inconstitucionalidade do Decreto nº 0711/1995 que homologou as resoluções concedendo reajuste salarial diferenciado aos militares. Inexistência. O texto constitucional anterior à Emenda nº 19/98, à época, não continha previsão de necessidade de lei específica para tal desiderato. Solução da controvérsia com aplicação da redação primitiva do artigo 37, X, da CF/88. 3. Inexistência de revisão geral anual implementada pelo Decreto Estadual nº 0711/1995. O próprio texto da referida norma menciona expressamente a palavra reajuste, não fazendo qualquer menção direta ou reflexa à revisão geral, objetivando conceder melhorias a determinadas carreiras e não recompor o poder aquisitivo em virtude da inflação do ano anterior (reajuste setorial), inexistindo violação ao princípio da isonomia. Precedentes STF e STJ.

3. RECURSO DE AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO IGEPREV- INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, PARA, EM PREJUDICIAL DE MÉRITO, DECRETAR A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO EM RELAÇÃO AOS AUTORES ONÉLIA MARIA DA SILVA E SILVA, ROSEVELT GOMES VASCONCELOS, ANA MARIA DO VALE RIPARDO, CECÍLIA BARBOSA DA SILVA, CLEUZA MARIA DE LIMA FERREIRA, ELIZABETH QUADROS HAGE E MARIA SUELY GALVÃO FERNANDES DE OLIVEIRA, NOS TERMOS DO DECRETO 20.910



/32, COM CONSEQUENTE EXTINÇÃO DO PROCESSO. E NO MÉRITO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O RECURSO DE ELY DA COSTA OLIVEIRA PALHETA, ROSELI POSSIDONIO DO NASCIMENTO E RAIMUNDA ELIZABETH DA CONCEIÇÃO SILVA. INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DO IGEPREV, FIXANDO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO VALOR DE RS 1.000,00 (HUM MIL REAIS), SUSPENSOS NOS TERMOS DO ARTIGO 98, § 3º DO CPC.

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que integram a 2ª turma de direito público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, em conhecer e improver o recurso, nos termos do voto da relatora.

Plenário da 2ª turma de direito público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos 25 de fevereiro do ano de dois mil e dezenove (2019).

Desembargadora Diracy Nunes Alves
Relatora.



SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO.
AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO E REEXAME N.0001017-
60.2012.8.14.0301
COMARCA: CAPITAL
AGRAVANTE: ONÉLIA MARIA DA SILVA E SILVA E OUTROS
ADVOGADO: JADER DIAS
AGRAVADO: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO
DO PARÁ
ADVOGADO: MARLON JOSÉ FERREIRA DE BRITO
RELATORA: DESEMBARGADORA DIRACY NUNES ALVES.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo interno interposto por Onélia Maria da Silva e Silva e outros, contra decisão que monocraticamente deu provimento à apelação interposta por Instituto de Gestão Previdenciária do Pará - IGEPREV.

Aduzem os agravantes que o direito trazido aos autos é de trato sucessivo que se renova mensalmente, ressalvada a prescrição quinquenal apenas para efeito dos cálculos de liquidação de sentença.

Alegam não se aplicar prescrição, pois que protegidos pelo instituto da irredutibilidade, da isonomia e da paridade salarial, bem como referem se aplicar ao caso as súmulas 85 do STJ e 443 do STF.

Referem obrigatoriedade de isonomia entre os servidores, motivo pelo qual sustentam que o Decreto Estadual nº 0711/1995 é lei de revisão geral, deste modo, é devido reajuste de 22,54%, para todos os servidores.

Combatem a aplicação da Súmula vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia".

Requer por fim, o conhecimento e provimento do recurso.

Não há contrarrazões (fls.332/352).

É o relatório, peço julgamento.

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Da prescrição

Afirmam os agravantes a necessidade de reforma da decisão monocrática em relação a decretação da prescrição quinquenal em relação aos autores Onélia Maria da Silva e Silva, Rosevelt Gomes



Vasconcelos, Ana Maria do Vale Ripardo, Cecília Barbosa da Silva, Cleuza Maria de Lima Ferreira, Elizabeth Quadros Hage e Maria Suely Galvão Fernandes de Oliveira, porquanto a relação é de trato sucessivo que se renova mensalmente.

Não lhe assistem razão.

No caso dos autos não se trata de relação de trato sucessivo, pois que o ato de efeito concreto (aposentadoria) é o die a quo para contagem da prescrição.

Sustenta o agravado a prescrição do fundo do direito, nos termos do artigo 1º da Lei 20.910/32.

Com razão.

Compulsando os autos, verifico a necessária aplicabilidade da prescrição do fundo de direito para postulação contra a fazenda pública no que se refere ao direito dos autores Adélia Paula Cardosos Pereira, Angelita Ferreira Fagundes, Altamira Alves Do Carmo, Darcy Fialho Silva, Francisca Rosineide Santana Soares, Joana Santana Alves, Maria da Conceição da Silva Fonseca, Raimunda Osvaldina Botelho do Nascimento e Maria dos Santos Maciel.

Os autores propuseram ação ordinária com objetivo de ver revisão de seus proventos de aposentadoria, para que se procedesse ao pagamento e incorporação do percentual de 22,45% concedido aos militares em outubro 1995.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que "o direito à retificação ou alteração de ato de aposentadoria para fins de reenquadramento tem início com o ato de transferência para a inatividade, sujeitando-se a respectiva ação ao prazo prescricional de cinco anos, a teor do Decreto 20.910, de 1932" (REsp 313.630/RN, Rel. Min. Fernando Gonçalves, sexta turma, DJ 20/8/01). Nesse sentido:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RETIFICAÇÃO DO ATO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ.

1. "O aresto impugnado encontra-se em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal, que consagrou entendimento segundo o qual ocorre prescrição do fundo de direito se decorridos mais de cinco anos entre o ato de aposentadoria e o ajuizamento da ação que pretende a sua modificação"(AgRg no AREsp 414.982/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 11/03/2015). 2. Inafastável a incidência da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 641.462



/RS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 25/02/2016).

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RETIFICAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932. SÚMULA 83/STJ.

1. Nos casos em que se pretende a retificação da aposentadoria, a concessão desta pela Administração configura o termo inicial para a contagem do prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto 20.910/32.
2. Não merece censura a decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Especial, pois, como bem assentou o Tribunal a quo, o entendimento firmado no acórdão está em consonância com a jurisprudência do STJ, reafirmando a prescrição de fundo de direito, atraindo a incidência da Súmula 83/STJ.
3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 747.073/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2015, DJe 02/02/2016) (sem grifo no original)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RETIFICAÇÃO DO ATO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES. 1. O aresto impugnado encontra-se em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal, que consagrou entendimento segundo o qual ocorre prescrição do fundo de direito se decorrido mais de cinco anos entre o ato de aposentadoria e o ajuizamento da ação que pretende a sua modificação. 2. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 414.982/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 11/03/2015). (sem grifo no original)

O ajuizamento da ação se deu em 13/01/2012.

Analisando a situação individual de cada autor, verifico que o ato de efeito concreto (aposentação) de Onélia Maria da Silva e Silva ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 05 de março de 1997 (fls.24), de Roseli Possidonio do Nascimento ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 01 de abril de 2008, de Rosevelt Gomes Vasconcelos ocorreu com a publicação da portaria de



aposentadoria em 10 de novembro de 1997, de Ana Maria do Vale Ripardo ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 13 de setembro de 1999, de Cecília Barbosa da Silva ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 10 de novembro de 1997, de Cleuza Maria de Lima Ferreira ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 27 de novembro de 1998, de Elizabeth Quadros Hage ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 22 de dezembro de 1998 e de Maria Suely Galvão Fernandes de Oliveira ocorreu com a publicação da portaria de aposentadoria em 01 de setembro de 1995. Verificando que todas as situações referidas foram materializadas após a vigência do Decreto nº 0711 de 21/10/1995, cumpre o acolhimento da prejudicial de prescrição do fundo de direito, pois que o ajuizamento das referidas ações, ultrapassaram o prazo quinquenal previsto no decreto n. 20.910/32,

Com efeito, referidos autores não se encaixam nas situações de prestação de trato sucessivo, pois que se aposentaram após o vigência do decreto n. 07/11/95.

Apenas para esclarecer, os autores não teriam o fundo de direito prescrito, caso tivesse se aposentado antes da vigência dos referidos decretos e não tivesse seu direito anteriormente negado, pois aí se trataria de relação de trato sucessivo, cuja prescrição somente atinge as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação, em perfeita consonância com a Súmula 85 do STJ, que assim dispõe:

Assim, acolho a questão prejudicial, decretando a prescrição do fundo de direito em relação aos autores Onélia Maria da Silva e Silva, Roseli Possidonio do Nascimento, Rosevelt Gomes Vasconcelos, Ana Maria do Vale Ripardo, Cecília Barbosa da Silva, Cleuza Maria de Lima Ferreira, Elizabeth Quadros Hage e Maria Suely Galvão Fernandes de Oliveira.

No mais, sustentam a isonomia entre os servidores, motivo pelo qual sustentam que o Decreto Estadual nº 0711/1995 é lei de revisão geral, deste modo, é devido reajuste de 22,54%, para todos os servidores e combatem a aplicação da Súmula vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia".



Não lhe assistem razão.

Da distinção entre revisão geral e reajuste de vencimentos

As normas que preveem o reajuste salarial aos militares não preveem revisão geral anual. Assim dispõem o artigo 1º do Decreto nº 0711 de 25/10/1995 e as resoluções n. 0145/1995 e a 0146/1995, respectivamente:

Art. 1º. – Ficam homologadas as Resoluções nº 0145 e nº 0146, de 25 de outubro do corrente ano, do Conselho de Política de Cargos e Salários do Estado, que estabelecem os vencimentos e salários dos servidores públicos civis e militares da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Pará.

Resolução nº 0145/1995:

Art. 1º. Fica aprovado o reajuste de vencimento dos servidores públicos da Administração Direta, consoante às tabelas em anexo.

Resolução nº 0146/1995:

O Presidente do Conselho de Política de Cargos e Salários do Estado do Pará, usando de suas atribuições e, considerando a deliberação tomada na reunião realizada nesta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovado o reajuste de salários das Autarquias, Fundações e da Companhia de Mineração do Pará, nos termos da tabela em anexo.

Assim, se verifica que não se trata de decreto destinado a dispor sobre revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos do Estado do Pará, mas de normas específicas, que concederam majoração de vencimentos aos servidores. Entendimento este sedimentado em ação rescisória, acompanhado por esta relatora.

Evidentemente, não há que falar em extensão do direito nelas previsto, consoante o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal, que, na redação que lhe foi dada pela EC n. 19/1998, estabeleceu expressamente que a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso., o decreto estadual n. 0711/1995, não tratou de revisão geral anual e sim reajuste, com o objetivo de trazer melhorias aos militares, motivo pelo qual, inexistente violação ao princípio da isonomia.

Nos atuais termos do artigo 37, inciso X, da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda nº 19/98, in verbis:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Como se observa, o artigo transcrito assegura revisão remuneratória e irredutibilidade real dos vencimentos, que será realizada todo ano por meio de lei específica, promulgada por cada ente federado.

Todavia, na época da publicação do decreto n. 0711, em 25 de outubro de 1995, o texto da Carta Magna não continha previsão de lei específica. Estabelecia o texto antigo do artigo 37, X da CF:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

(...)

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data.

Dessa maneira, o Decreto Estadual nº 0711/1995 que homologou as Resoluções nº 0145 e 0146 do Conselho de Política de Cargos e Salários do Estado do Pará não estipulou revisão geral anual a todos os servidores. De fato, se tratou de reajuste restrito à categoria determinada de militares. Com efeito, não há que se falar em inconstitucionalidade do Decreto n.0711/95, uma vez que não houve violação ao princípio da isonomia e nem de violação ao artigo 37, X da CF, que obriga a criação de lei específica.

O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de que é possível a concessão de reajustes setoriais de vencimentos, com a finalidade de corrigir desvirtuamentos salariais verificadas no serviço público. Assim como, firmou jurisprudência no sentido de não caber ao Poder Judiciário, com fundamento no princípio da isonomia, aumentar vencimentos. Vejamos:
Ementa: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDORES PÚBLICOS. ESTADO DO MARANHÃO. REAJUSTE CONCEDIDO PELO ART. 4º DA LEI ESTADUAL 8.369/06. NATUREZA DE REVISÃO GERAL ANUAL. MATÉRIA



INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa à natureza do reajuste concedido pelo art. 4º da Lei Estadual 8.369/06, se de revisão geral anual ou não, é de caráter infraconstitucional. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/3/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONCESSÃO DO REAJUSTE DE 24%. EFEITOS RETROATIVOS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 915. 1. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da controvérsia e reafirmou a sua jurisprudência, fundada na Súmula Vinculante 37, segundo a qual não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia (ARE 909.437-RG). 2. Agravo interno provido para dar provimento ao recurso extraordinário e julgar improcedente o pedido formalizado na inicial da ação. (RE 943290 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 02/05/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-168 DIVULG 31-07-2017 PUBLIC 01-08-2017)

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Leis federais nº 11.169/2005 e 11.170/2005, que alteram a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Alegações de vício de iniciativa legislativa (arts. 2º 37, X, e 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal); desrespeito ao princípio da isonomia (art. 5º, caput, da Carta Magna); e inobservância da exigência de prévia dotação orçamentária (art. 169, § 1º, da CF). 4. Não configurada a alegada usurpação de iniciativa privativa do Presidente da República, tendo em vista que as normas impugnadas não pretenderam a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos. 5. Distinção entre reajuste setorial de servidores públicos e revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não



afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do art. 169, § 1º, da Carta Magna. Precedentes : ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 3.4.98; ADI 2339-SC, Rel. Min. Ilmar Galvão, unânime, DJ 1.6.2001; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13.6.2003. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente. (ADI 3599, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 21/05/2007, DJe-101 DIVULG 13-09-2007 PUBLIC 14-09-2007 DJ 14-09-2007 PP-00030 EMENT VOL-02289-01 PP-00103 RTJ VOL-00202-02 PP-00569)

Segundo lição de José dos Santos Carvalho Filho:

No que concerne ao realinhamento da remuneração dos servidores, cumpre distinguir a revisão geral da revisão específica. Aquela retrata um reajustamento genérico, calcado fundamentalmente na perda de poder aquisitivo do servidor em decorrência do processo inflacionário; esta atinge apenas determinados cargos e carreiras, considerando-se a remuneração paga às respectivas funções no mercado comum de trabalho, para o fim de ser evitada a defasagem mais profunda entre as remunerações do servidor públicos e do empregado privado. São, portanto, formas diversas de revisão e apoiadas em fundamentos diversos e inconfundíveis.

Neste mesmo sentido, Hely Lopes Meirelles explica que:

Através das chamadas reestruturações, pelas quais se corrigem as distorções existentes no serviço público, tendo em vista a valorização profissional observada no setor empresarial, para que a Administração não fique impossibilitada de satisfazer suas necessidades de pessoal sendo esta lição anterior à EC 19/98.

Conforme entendimento majoritário desta corte de justiça, sedimentado na ação rescisória n. 00088290519998140301, o reajuste de 22,45% não se trata de revisão geral de vencimentos, mas de reajuste setorial. Segunda a rescisória, a distinção existe e é reconhecida por Ministros do STF, porquanto em trecho do voto-vista proferido pelo eminente Ministro Joaquim Barbosa no RE 393.679):

A situação dos presentes autos é diversa. Trata-se de extensão de



abono concedido por decreto para algumas categorias de servidores públicos estaduais (de vencimentos mais reduzidos), a qual o acórdão recorrido enquadrou como revisão geral, porque discriminatória em relação às categorias excluídas (defensores públicos, procuradores do estado e delegados de polícia). Ora, a concessão de abono a algumas categorias não pode gerar a conclusão de que se trata de revisão geral, não se podendo invocar como precedente o decidido no RMS 22.307. Na mesma linha de raciocínio, o acórdão recorrido, ao entender como revisão geral o abono concedido pelos Decretos 16.717/1991 e 16.950/1991 e pela posterior Lei estadual 2.005/1992, violou a norma contida no então vigente art. 37, X (antes da redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 19/1998), porquanto aplicou impropriamente o texto constitucional à hipótese dos autos. Não há que se falar em revisão geral quando o abono em questão aproveitou apenas a algumas carreiras.

Com efeito, imperioso destacar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mesmo antes da exigência de lei específica para aumento de vencimentos, há muito, desde o texto constitucional de 1946 já entendia ser vedado ao judiciário reajuste de vencimentos com fundamento no referido princípio da isonomia, tanto que o Plenário daquela Corte, no ano de 1963 editou a Súmula nº 339, in verbis:

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

Neste sentido ainda, a súmula vinculante n.º 37, afirmando não caber ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Pelo exposto verifica-se que o Decreto objetivou conceder melhorias a carreira determinada e não recompor o poder aquisitivo em virtude da inflação do ano anterior, não possuindo natureza de lei de revisão geral anual, estabelecendo reajuste não à totalidade, mas unicamente a determinadas categorias, a título de aumento setorial.

Dispositivo

Ante o exposto, conheço e nego provimento ao recurso, deste modo, mantenho a decretação da prescrição quinquenal para ajuizamento da ação em relação aos autores Onélia Maria da Silva e Silva, Roseli Possidonio do Nascimento, Rosevelt Gomes Vasconcelos, Ana Maria do Vale Ripardo, Cecília Barbosa da Silva, Cleuza Maria de Lima Ferreira, Elizabeth Quadros Hage e Maria Suely Galvão Fernandes de Oliveira.

No mérito, nego provimento ao agravo interno, mantendo o entendimento de que há violação literal à disposição do art. , , da , pela



sentença de primeiro grau que reconheceu o decreto estadual N° 0711/1995 como lei de revisão geral, deste modo, concedendo com base na isonomia, extensão de reajuste aos servidores públicos estaduais no percentual de 22,45% sobre as suas remunerações e da violação a súmula N° 339 do supremo tribunal federal, que restou convertida na súmula vinculante n° 37 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Mantenho a inversão do ônus da sucumbência em benefício do IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária do Pará, com efeito, fixando honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), os quais ficam suspensos nos termos do artigo 98, § 3° do CPC.

É o voto.

Belém, 25 de fevereiro de 2019

Desembargadora Diracy Nunes Alves
Relatora